

Açores e Madeira são as regiões com menos pensionistas

13% dos pensionistas continua a trabalhar depois de reformado

De acordo com os resultados do módulo do Inquérito ao Emprego sobre Pensões e participação no mercado de trabalho, realizado em 2023, e divulgado ontem pelo INE, cerca de 1.147 milhares de pessoas (33,4% do total de residentes dos 50 aos 74 anos) recebiam uma pensão de velhice.

As proporções de beneficiários de pensões de velhice na Região Autónoma dos Açores (26,3%) e da Madeira (25,8%) eram significativamente inferiores ao resultado de 33,7% no continente.

A maioria dos pensionistas de velhice (57,5%) indicaram ter deixado de trabalhar quando receberam a primeira pensão de velhice, e 29,3% já não estavam a trabalhar nesse momento, mas 13,2% continuaram a trabalhar quando receberam a primeira pensão.

Os pensionistas de velhice que continuaram a trabalhar após o recebimento da primeira pensão fizeram-no principalmente por necessidades financeiras (46,5%), por vontade de continuar a ser produtivo (30,8%) e por necessidade de manter socialmente integrado (10,9%).

A quase totalidade (98,0%) dos pensionistas de velhice em 2023 recebiam uma pensão estatutária, ou seja, paga por um regime público de protecção social nacional ou estrangeiro, que, no caso nacional e dependendo da actividade profissional do pensionista, engloba a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações.

A maioria dos beneficiários de pensão de velhice estatutária (56,8%) receberam a primeira

pensão de velhice sem qualquer bonificação ou penalização, enquanto 38,5% deixaram o mercado de trabalho antes de garantir o direito à pensão integral, tendo por isso recebido uma pensão com penalização (redução de valor), e 4,7% beneficiaram de bonificação de valor por ter adiado a idade de recebimento da primeira pensão de velhice.

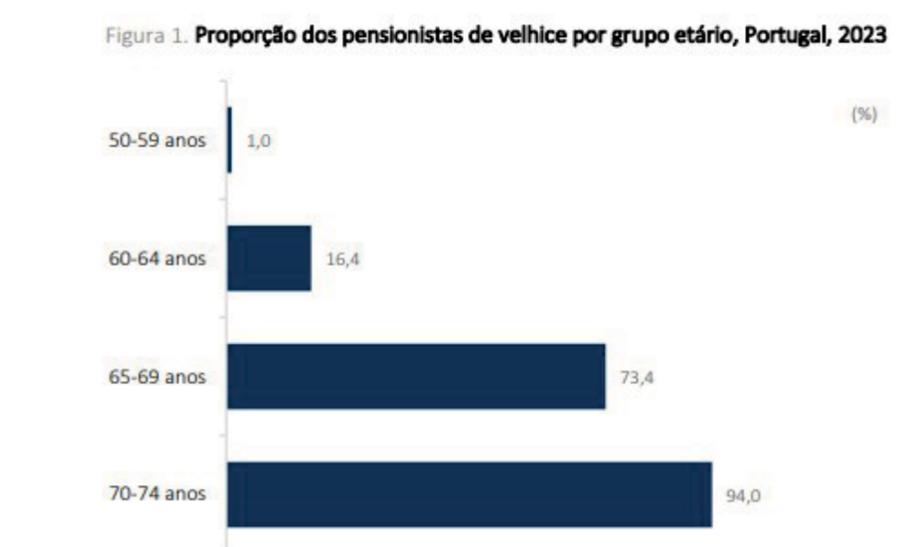
91,4% da população não beneficiária de pensão de velhice em 2023, referiu ter direito no futuro a pelo menos uma pensão do sistema público de pensões para garantia da protecção na velhice, sendo que 78,0% referiu ter apenas direito a uma pensão da Segurança Social ou da Caixa Geral de Aposentações, e 13,5% a uma combinação de uma destas pensões com uma pensão profissional e/ou individual.

Em 2023, cerca de 184 milhares de pessoas recebiam uma pensão de invalidez (5,3% do total de residentes dos 50 aos 74 anos).

Influenciado pela idade legal para a reforma, é a partir dos 65 anos que a proporção dos pensionistas de velhice é maior: 73,4%, para os que têm idade dos 65 aos 69 anos, e 94,0% para os dos 70 aos 74 anos.

Antes dos 65 anos, apenas 1,0% da população dos 50 aos 59 anos, com uma idade média de 54 anos, e 16,4% da população dos 60 aos 64 anos, com uma idade média de 62 anos, referiram estar a receber uma pensão de velhice.

Os resultados do módulo indicam ainda que aproximadamente 70% dos pensionistas de velhice em Portugal recebem pensões até



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, módulo Pensões e participação no mercado de trabalho 2023.

1 000 euros. Destes, a maioria recebe pensões que não ultrapassam os 600 euros.

Esta condição é particularmente notória no caso das mulheres, em que 9,0% recebem mensalmente até 300 euros e 56,3% entre 600 e 1 000 euros, o que, sobretudo no primeiro caso, contribui para um risco de pobreza mais elevado (17,7% em 2022, mais 1,5 p.p. do que para os homens).

Por nível de escolaridade, os resultados evidenciam a predominância dos pensionistas que completaram o ensino superior entre os que recebem uma pensão mensal superior a 1 400 euros: 55,8% para pensões entre 1 400 e 2 000 euros, e mais de 70% para pensões superiores a 2 000 euros.

Em 2023, a quase totalidade (98,0%) dos pensionistas de velhice

recebiam uma pensão estatutária, ou seja, paga por um regime público de protecção social nacional ou estrangeiro, que, no caso nacional e dependendo da actividade profissional do pensionista, engloba a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações: 90,5% dos pensionistas de velhice recebiam apenas uma pensão dum regime público, 5,3% acumulavam esse recebimento com pensão paga por um sistema privado relacionado com a actividade profissional, 1,6% com plano de reforma voluntário individual e 0,6% com ambos os tipos de benefícios de regimes privados.

Por região, verificavam-se proporções idênticas no continente e na Região Autónoma da Madeira (98,0%), mas ligeiramente inferior na Região Autónoma dos Açores (96,9%).

Insolvências disparam em P. Delgada no quadrimestre

As declarações de insolvência aumentaram 200% em Ponta Delgada nos primeiros 4 meses do ano, segundo revela o relatório de monitorização da Iberinform.

No país as insolvências aumentaram 35% nos primeiros quatro meses de 2024, face ao mesmo período do ano passado.

O mês de Abril foi o que registou o maior número de insolvências, 416, valor que traduz um incremento de 100% em relação a 2023.

O acumulado de 2024 totaliza 1.511 insolvências, mais 390 que no exercício anterior.

As declarações de insolvência requeridas por terceiros aumentaram mais de 81% no primeiro quadrimestre do ano, com um total de 303 ações.

As declarações de insolvência apresentadas pelas próprias empresas aumentaram mais de 108%, com um total de 375 ações (mais 195 do que em 2023).

Os encerramentos com plano de insolvência registaram um incremento de 110% no comparativo com 2023, com um total de 21 ações.

No período em análise foram concluídos 812 processos de insolvência, mais 48 do que em 2023.

Os distritos do Porto e de Lisboa são os que apresentam o maior número de insolvências: 402 e 351, respetivamente.

Face a 2023, verifica-se um aumento de mais de 77% no Porto e de 34% em Lisboa.

Outros distritos que também revelam aumentos face a 2023 são:

Guarda (+600%); Ponta Delgada (+200%); Castelo Branco (+150%); Santarém (+75%); Braga (+51%); Viseu (+41%); Faro (+39%); Beja (+17%); Bragança (+14%); Vila Real (+7,7%) e Aveiro (+3,7%).

Com decréscimos evidenciam-se os distritos de: Portalegre e Horta (ambos com -50%); Évora (-39%); Leiria (-21%); Madeira (-6,1%); Viana do Castelo (-4,3%) e Setúbal (-3,8%).

Horta, Angra e P. Delgada com mais constituições de empresas

Os distritos com mais constituições nos primeiros quatro meses do ano são Lisboa e Porto com 5.650 e 3.220 novas empresas, respectiva-

mente.

Lisboa regista um decréscimo de cerca de 12% face a 2023 enquanto o distrito do Porto alcança um aumento de 1,4% face ao período homólogo do ano passado.

Outros distritos que também apresentam acréscimos nas constituições são: Horta (+117%); Angra do Heroísmo (+41%); Guarda (+17%); Bragança (+16%); Castelo Branco (+13%); Madeira (+5,4%); Viseu (+4,7%); Braga (+3,1%); Aveiro (+3%) e Ponta Delgada (+2,5%). Com variação negativa evidenciam-se: Coimbra (-13%); Vila Real (-12%); Portalegre (-9%); Setúbal (-6,6%); Évora (-6,4%); Santarém (-6,4%); Faro (-4,9%); Beja (-3,6%); Viana do Castelo (-2,9%) e Leiria (-1,6%).